

## **COORDENADORIA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Ref.: - CONSEMA

Anúncio de Retirada de Conselheiros e Faltas Continuadas

Processo SMA 18092/2009 – NIS 1543020

GDOC 16847-876298/09

Cuida-se de examinar a situação criada junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA com o anúncio, feito pelo Sr. Carlos Bocuhy na 264ª. Reunião, realizada em 22/10/2009, de afastamento dos Conselheiros representantes das entidades ambientalistas e de suas ausências nas duas reuniões seguintes (17/11/2009 e 16/12/2009).

Em seu anúncio, o aludido Conselheiro declarou que falava em nome de entidades que atuavam no Litoral, desde Ubatuba até a Juréia, na RMSP, nas regiões de Ribeirão Preto, do Vale do Paraíba, do Pontal do Paranapanema e outras e pediu desculpas aos demais conselheiros “por sua ausência por um tempo, que talvez não seja pequeno”.

Nas duas reuniões seguintes do CONSEMA, nenhum Conselheiro representando as entidades ambientalistas compareceu.

Consta o recebimento, pela Secretaria do órgão, de comunicação de que a ausência era justificada em função de compromissos anteriormente assumidos com o Coletivo de Entidades Ambientalistas do Estado de São Paulo. Tal comunicação consta ter sido enviada por Carlos Bocuhy, Lucila Falcão Pessoa Lacreta, Heitor Marzagão Tommasini (esta menciona apenas compromissos assumidos), Cybele da Silva, Ricardo Anderáos, Mauro Wilken, Paulo Jorge Moraes Figueiredo, Fabio Ribeiro

## **COORDENADORIA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Dib e Eduardo Hipólito do Rego, no tocante às duas reuniões mencionadas. Há ainda declaração idêntica de Patrizia Tommasini de Souza Coelho, Roberto Franco e Paulo Jorge Moraes Figueiredo, mas apenas em relação à reunião de dezembro de 2009.

O Senhor Secretário Executivo do CONSEMA entendeu de relatar ao Sr. Secretário Adjunto da Pasta acerca da regulamentação existente sobre o tema que, na atualidade, disciplina a possibilidade de exclusão de conselheiro por decisão do Plenário, tomada por dois terços de seus membros, em caso de não comparecimento, durante o exercício do mandato, em 2 reuniões seguidas ou a 4 reuniões alternadas, seja do Plenário seja das Comissões Técnicas, sem justificativa (parágrafo 5º. do artigo 13, do Decreto 55.087/2009).

Acrescenta o Senhor Secretário Executivo, em seu relato, que a maioria dos conselheiros ambientalistas tem enviado comunicações escritas alegando “compromissos anteriormente assumidos com o Coletivo das Entidades Ambientalistas do Estado de São Paulo” para tentar justificar suas ausências tanto no plenário quanto nas reuniões das câmaras técnicas. Indaga, ao final, se tal justificativa “deve ser aceita, eis que, não por um motivo eventual surgido depois de os conselheiros terem sido convocados para uma reunião em data determinada, mas por decisão deliberada e anunciada pública e antecipadamente, eles deixaram de comparecer consecutivamente às duas últimas reuniões plenárias e a todas as reuniões de comissões temáticas para as quais foram convocados.”

## **COORDENADORIA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Analisando o ocorrido, conforme solicitado pelo Sr. Secretário Adjunto da Pasta, emerge cristalina a convicção de que está havendo deliberado e claramente anunciado boicote ao funcionamento regular do Conselho pois a ausência continuada de quase 20% de seus membros efetivamente prejudica sua atuação, especialmente em relação ao equilíbrio paritário das representações, determinado pela legislação.

Na realidade, o maior prejudicado é a própria sociedade e, especialmente, o importante setor ambientalista cuja representação tem sido vilipendiada pelos mencionados Conselheiros mediante a ausência nas reuniões.

O conserto de um grupo setorizado que se alia com vistas a tumultuar e desestabilizar o funcionamento do órgão mediante o comprometimento da representação deve merecer pronto e acurado exame pelo colegiado, nos termos da disciplina regulamentar. É inarredável o poder-dever do CONSEMA de zelar pela regularidade de seu funcionamento, não podendo ficar indefinidamente refém dessa situação que não tem prazo certo para solução.

Para tanto, é de ser aquilatado se, dentro do quadro apresentado, o teor uniforme das manifestações escritas enviadas pelos conselheiros tem ou não o condão de constituir justificativas para as faltas cometidas e, em caso negativo, seja concomitantemente deliberado também acerca de sua exclusão.

## **COORDENADORIA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Diante do exposto, parece-me que o assunto deve ser submetido à apreciação do plenário e, face à inexistência de regulamentação do procedimento, é de ser primeiramente deliberada a possibilidade ou não de exame das justificativas ofertadas. Como a exclusão de conselheiros depende do quorum especial de 2/3, também está sujeita a esse mesmo quorum especial a decisão que autorize o exame.

Sendo deliberado, pelo quorum especial, em sentido positivo, entendo deva ser concedido o prazo de 15 dias para apresentação de defesa pelos conselheiros ambientalistas faltosos, com base no artigo 63, III, da Lei 10.177/98. Escoado o prazo, as eventuais manifestações devem ser resumidas e apresentadas na reunião seguinte ao plenário que, discutindo os vários aspectos da questão, poderá então deliberar sobre a respectiva exclusão, substituindo-se, incontinenti, por novos representantes do setor, a serem eleitos nos termos da recém editada Resolução SMA 75/2009.

Parece-me que tal cauteloso procedimento bem assegura o regular direito de defesa dos conselheiros faltosos que poderão, inclusive, manifestar-se oralmente em plenário, e visa resguardar a competência do CONSEMA, especialmente no que toca à representação paritária prevista na legislação, comprometida com as aludidas faltas.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2010

Jaques Lamac  
Conselheiro Representante da Procuradoria Geral do Estado  
Presidente da Comissão Especial de Normatização, Estrutura e do  
Funcionamento do CONSEMA